

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 134

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE OUTUBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 82ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE OUTUBRO DE 1998**
(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Sâmis da Silva (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1658

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 483/97, de autoria do Deputado Caíto Quintana.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.10.98.

(a) **CAÍTO QUINTANA**

REQUERIMENTO Nº 1656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a prorrogação do prazo de entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 390/98, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o orçamento geral do Estado do Paraná, para o exercício de 1999, para o dia 9 de novembro de 1998.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.10.98.

(aa) **VALDIR ROSSONI, AUGUSTINHO ZUCCHI, NELSON JUSTUS, ORLANDO PESSUTI, NELSON GARCIA, HORÁCIO RODRIGUES, ÂNGELO VANHONI, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ CARLOS ZUK e BETO RICHÁ.**

Obs.: (aa) Líderes Partidários

REQUERIMENTO Nº 1651

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, representantes do povo do Estado do Paraná, considerando a pendência suscitada pelo Estado de Santa Catarina, ao propor a ação para impugnar decisão do IBGE, que fixou os limites do mar territorial do Estado do Paraná - de modo a incluir neles o Campo de Tubarão, de petróleo;

Considerando a inconstitucionalidade da pretensão, que fere a Constituição Federal e foi oferecida de forma intempestiva;

Considerando precedentes históricos de lesão ou risco de lesão à integridade territorial do Estado do Paraná; afetada recentemente por nefasta tentativa separatista, felizmente superada pela manifestação do povo paranaense aprovada pela Câmara dos Deputados;

Considerando que a PETROBRÁS, na qualidade de agente pública para a exploração do petróleo, reconheceu a jurisdição do Estado do Paraná e vem recolhendo os direitos compensatórios (royal-

ties) devidos pela exploração daquele lençol mineral, desde 1992;

Considerando, afinal, o alerta levantado pelo Jornal "Gazeta do Povo", em edições deste mês, a respeito do estágio do processo em curso perante o Supremo Tribunal Federal;

PROPÕEM que a Assembléia Legislativa manifeste seu veemente apoio ao direito do Estado do Paraná sobre seu mar territorial, nos termos fixados pelo IBGE; ratifique a defesa dos interesses paranaenses sustentada pelo Poder Executivo Estadual, através da Procuradoria Geral do Estado e; junto ao Supremo Tribunal Federal, na pessoa do relator Ministro Carlos Veloso, pleiteie a extinção definitiva da ação intempestiva formulada por Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 21.10.98.

(aa) ANIBAL KHURY

LUIZ CARLOS ZUK

ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Ademar Traiano, Luiz Accorsi, Joel Coimbra, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Hermas Brandão e Luiz Claudio Romanelli.

REQUERIMENTO Nº 1655

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Harry Pydd, ocorrido no último dia 16 de outubro, na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

Pioneiro empresário, pessoa dedicada à comunidade e à família, Harry Pydd transferiu-se do Rio Grande do Sul no início da década de 50 para a região. Participou ativamente do processo emancipatório da então General Rondon, elegendo-se Vereador para a primeira legislatura do município e para mais dois mandatos subsequentes. Em duas oportunidades presidiu o legislativo rondonense.

Na esfera política, Harry Pydd teve uma atuação relevante. Além dos mandatos de edilidade, ele foi chefe de gabinete dos Prefeitos Verno Scherer e Dieter Leonhard Seyboth. Na extinta Aliança Renovadora Nacional - ARENA, foi membro muito ativo, seguindo com a mesma atuação no Partido Democrático Social - PDS. Com o surgimento do Partido da Frente Liberal - PFL, assumiu a presidência do diretório municipal, onde destacou-se como dirigente atuante e diligente.

Junto com outros idealistas, Harry Pydd fundou a Associação Comercial e Industrial de Mare-

chal Cândido Rondon, sendo o seu primeiro presidente, em cujo cargo permaneceu por quatro anos.

O sentimento de consternação pelo sua morte aos 67 anos, é confortada pelas ações e exemplos que legou às pessoas que com ele conviveram.

Do requerido, solicita que seja dada ciência à Sra. Iris Freier Pydd, à rua Paraíba, 1169 - 85960-000 - Marechal Cândido Rondon / PR.

Sala das Sessões, em 21.10.98.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações, alusivos ao dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional, ocorrido no último dia 13 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente do referido Conselho, Dr. Abdo Augusto Zeghbi, através de correspondência a ser encaminhada à rua Mal. Deodoro, 2413 - CEP 80050-010, Município de Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 21.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Bispo Dom João Braz de Aviz, pela sua posse ocorrida no dia 15 do corrente, em Ponta Grossa / PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência no seguinte endereço: Rua Emílio de Menezes, 1515 - Jd. América - CEP 84.040-030 - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, 21.10.98.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica alterada a redação da Resolução nº 023/97, de 22 de maio de 1997, que alterou os artigos 30 e 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

“O art. 30 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30 - As Comissões Permanentes são:

I - (...)

XVI - Comissão de Defesa do Consumidor e dos Direitos Humanos e da Cidadania”.

Art. 2º - O art. 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

I - (...)

II - (...)

III - (...)

IV - (...)

§ 1º - (...)

§ 16 - à Comissão de Defesa do Consumidor e dos Direitos Humanos e da Cidadania compete a manifestar-se sobre matérias atinentes à defesa do consumidor, bem como estimular e promover iniciativas com os setores da comunidade, visando o desempenho de suas atividades; compete, também, manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objetivo a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e a cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal, bem como sobre proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.”

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Luiz Claudio Romanelli, Edson Silva Lino, Augustinho Zucchi e Paulo Gorski

JUSTIFICATIVA:

A motivação da apresentação da presente proposição é de ampliar a abrangência da recém criada Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, incluindo entre as matérias, que a mesma tem a competência de manifestar-se, a defesa do consumidor.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 421/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Medianeirense dos Deficientes Físicos

(AMEDEF), com sede e foro na Cidade de Medianeira - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Deficientes Físicos (AMEDEF) de Medianeira - PR, fundada em 26 de janeiro de 1986, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, e tem por finalidade proporcionar aos portadores de deficiência congênita ou adquirida, sem discriminação de raça, cor, crenças e condição social, incentivar os portadores de defeitos físicos, dar assistência aos deficientes físicos, conscientizar a comunidade dos direitos dos mesmos.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano, ampla promoção humana e da solidariedade, foi reconhecido como Utilidade Pública Municipal sob nº 022/86 na data de 26.08.86.

Face as características e posturas referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Irineu Colombo, no Horário do Pequeno Expediente.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço uso breve da palavra, inicialmente cumprimentando também os visitantes de Contenda que estão aqui, nossos agricultores, o Vereador Stica que está presente também. E dizer que estamos tendo o prazer de receber, o Estado do Paraná, mais um prêmio do jornalista que foi Nei Inácio que ganhou o Prêmio Vladimir Erzog de Jornalismo, com três reportagens que ele fez: prostituição infantil, hanseníase em Pitanga e, recentemente, o problema dos brasiguaios.

Quero comunicar a Casa que estou, neste momento, me dirigindo a Foz do Iguaçu, onde teremos uma reunião com setores organizados dos Direitos Humanos e também com a Pastoral do Imigrante para discutirmos os problemas dos brasiguaios.

Também estou comunicando oficialmente a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal que faça uma comissão externa para verificar in

loco, no Paraguai, onde nossos queridos brasileiros estão sendo enchetados pela própria polícia paraguaia e o governo Federal, o governo brasileiro não move uma palha em favor dos nossos irmãos que estão no Paraguai.

Foi simulado pelo governo brasileiro e foram recebidos, na época, pelo governo paraguaio e agora estão sendo expulsos com os olhares de longe e indiferentes dos dois governos.

Queremos que a Assembléia do Paraná, como temos uma grande maioria de paranaenses que foram para lá, também participe desta preocupação. Segunda-feira, volto com as informações, e irei apresentar um requerimento de uma comissão de acompanhamento a esse problema dos brasiguaios.

Muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

A Mesa Executiva informa ao Deputado que aceitará o requerimento e também que o mesmo fosse dirigido à chancelaria do Brasil em termos de ver aquele convênio que existe entre Brasil e Paraguai, acordo do MERCOSUL. E a embaixada brasileira lhe dará todo amparo já que Vossa Excelência terá o amparo do Governo Federal.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

O Deputado Antônio Annibelli está aí conversando com o Deputado Alborghetti sobre uma matéria que o Alborghetti teria dito na televisão, hoje, que tem três Deputados que pagaram as suas contas com precatórios.

Então acho que para que a Casa não seja toda ela manchada, esses Deputados que eventualmente pagaram contas com precatórios, que viessem a público. Porque não podemos ver a Casa toda, mais uma vez, pagando um preço que não deve. Temos que dar o nome aos bois. Quem são os três Deputados?

Pediria ao Deputado Alborghetti - que falou na televisão que tem três Deputados que pagaram suas contas com precatórios - que, por gentileza, desse o nome. Porque vou prometer uma coisa para vocês: vou encerrar a minha conta no Banco do Estado do Paraná. Vou encerrar a minha conta, porque não devo um tostão ao Banco, nunca devi, portanto, para que a gente não fique no meio desse jogo, vou encerrar a minha conta no Banco do Estado do Paraná. Mesmo que essa minha atitude possa representar algo negativo para o Banco. Mas as notícias são muitas, as confusões são grandes, para que esse Deputado fique isento de qualquer notícia de que eventualmente possa estar incluído entre os que devem no Banco, vou encerrar a minha conta no Banco do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Só um aparte. Queria dizer ao Deputado Neivo, que é meu particular amigo, o qual não assistiu o meu programa ontem.

Estava em meu gabinete e liguei a televisão "Senado", e vi um pronunciamento do Senador Roberto Requião, a respeito de precatórios onde envolvia o nome do vice-Prefeito Algaci, cita o nome do Deputado Durval Amaral, que é nosso companheiro, aí eu fui a televisão e fiz uma cobrança do Presidente do BANESTADO, que ele generalizou a Casa, dizendo que aqui tinha Deputados...etc..., defendi o Deputado Vanhoni, só porque fez um crédito pessoal, e estava pagando esse crédito, então, defendi o Parlamento, falei que esse Parlamento é sério, são de homens honrados, homens decentes, e que não foram os Deputados que fizeram qualquer coisa que desmoralizasse o BANESTADO, que se averiguasse, que houvesse o saneamento, e quem devesse que pagasse o BANESTADO.

E ao adentrar ao gabinete do Deputado Anibal, ontem, não lembro quem, falou que tem um terceiro também, mas não quiseram me dar o nome.

Então, hoje novamente voltei a repetir que não machuquem o nosso Parlamento. Este aqui é um Parlamento sério, de homens idôneos, de responsabilidade, como é o Deputado Horácio, Deputado Techy, como é Vossa Excelência, como é o meu líder, o Deputado Vanhoni, Deputado Duílio, todos os Deputados que aqui estão, Deputado Romanelli, Deputado Vanhoni que é meu particular amigo.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Só que infelizmente tem alguns que mancham a instituição. Esses "alguns" têm que aparecer.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Então, é isso. O Senador Roberto Requião disse o nome de dois. E disse que ia encaminhar ao Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual etc..

Então, falei ao Presidente do Banco, Neco Garcia, que citaram o nome de dois, mas não se pode manchar o Parlamento do Paraná, esse aqui é um parlamento sério, o Dr. Rosinha não deve nada lá, eu não devo nada lá, nenhum dos Senhores Deputados, nem a Mesa deve, nem o Deputado Annibelli, nem o Deputado Pessuti, o Deputado Zuk, são todos Deputados honrados.

Então, acho que houve um mal entendido. Perdoe-me, o senhor não assistiu o meu programa ontem. Ontem fiz uma cobrança sim.

O SR. NEIVO BERARDIN

Veja Alborghetti, me entenda, não estou fazendo qualquer observação ao seu pronunciamento, acho que os que devem, os que têm problemas com o Banco que se apresentem aqui, para que possamos, inclusive, julgá-los. Porque não podemos ter um ou outro Deputado fazendo certas negociações com o Banco e a Casa toda ficar por isso.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Só para finalizar. Só quero dizer que a minha conduta durante todos esses anos como Deputado, sempre foi de defender este Parlamento. Enquanto for Deputado, enquanto for um homem de televisão, não admito que se fale do Parlamento do Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN

Então, vamos combinar uma coisa: se tiver alguém errado aqui dentro, também vamos denunciá-los.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

É lógico. Não admito que se fale mal deste Parlamento, porque é o Parlamento mais produtivo do Estado do Paraná. Só isso Deputado Vanhoni, é o Parlamento mais produtivo, disse hoje, Deputado, falei inclusive do seu pronunciamento, falei do pronunciamento de vários dos Senhores Deputados. Quando o Romanelli fala no seus, falo, estou para lá para divulgar o parlamento; quando Vossa Excelência fala dos "royalties" para a microrregião que, às vezes, as pessoas não entendem, estou lá para explicar.

Então, defendo este Parlamento. O que eu disse ontem foi sobre o pronunciamento que fez o Senador Roberto Requião, só isso. E eu disse para o Presidente do BANESTADO: se o Senador Roberto Requião estava fazendo aquele pronunciamento, então teria obrigação o Senhor Neco Garcia dizer quais são os Deputados que devem, que faliram, o BANESTADO. Primeiro, o BANESTADO não está falido, o BANESTADO está passando por um saneamento, queremos vê-lo saneado e queremos ver o BANESTADO sendo um Banco Estatal que tem a maior credibilidade, hoje, na história financeira do Brasil.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Questão de Ordem**)

Apenas para cumprimentar, dizer o seguinte:

Quando digo que vou fechar a minha conta no Banco do Estado do Paraná, fecho a conta da Empresa Beraldin Sedas, do Empório Beraldin, em Bauru, em São Paulo, porque sempre tentei prestigiar o Banco do Estado, depositando, movimentando, lá em Bauru, movimentando lá em São Paulo, movimentando aqui em Curitiba para ajudar

o nosso Banco do Paraná. Mas, infelizmente, nós chegamos a esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Com a palavra o ilustre Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, quero dar a notícia para a Assembléia Legislativa que ontem estive em Brasília, no gabinete do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador do PSDB de São Paulo, Pedro Piva; no gabinete do Senador Wilson Kleinubing que se encontra adoentado, em estado grave, mas conversei e protocolei o documento, também, para o Senador Wilson Kleinubing. Estive em diversos gabinetes de Senadores e lá protocolei e distribui um documento feito por ex-Diretores do Banco do Estado, alguns economistas aqui do Estado do Paraná, assinado por vários Deputados aqui da Assembléia Legislativa que pedem uma auditoria do Senado Federal em relação às contas apresentadas pelo governo do Estado, no que diz respeito ao processo de privatização do Banco do Estado.

E quero contribuir com esse debate que o Deputado Alborghetti traduz na imprensa do Estado do Paraná, que foi motivo de pronunciamento do Senador Roberto Requião, no Senado Federal, ao qual tive conhecimento só pela imprensa. É preciso registrar que Deputado só tem um na matéria divulgada pelo Senado Federal, porque o Senhor Algaci Túlio não é Deputado, renunciou o cargo e é vice-Prefeito da Cidade de Curitiba.

Além disso, quero dizer, aos Senhores Deputados, que está num processo de diligência e já temos a comprovação e todos os indícios de uma conta fantasma no Banco do Estado do Paraná, que operou nesses últimos 03 meses de período eleitoral a soma perto de 27 milhões de reais. Pasmem os senhores, a operação se dava da seguinte maneira: grandes devedores ao Banco do Estado do Paraná, somas de 20, de 30 milhões, de 17 milhões, devendo o Banco do Estado, empresas, não compete aqui, ainda, quebrar o sigilo bancário, mas tudo virá a esta Assembléia nos próximos dias.

Esse recurso foi depositado, o Banco do Estado recebeu o recurso do pagamento da dívida, não contabilizou o pagamento da dívida e transferiu da própria conta do Banco do Estado para uma conta fantasma que foi operada aqui numa agência do Banco do Estado do Paraná, e este dinheiro sacado por uma pessoa desconhecida, provavelmente com CPF falso, aquele esquema que nós conhecemos que já foi motivo de investigação policial.

Essa documentação, Senhor Presidente, dessa conta fantasma numa agência do Banco envolv-

endo, infelizmente, o Setor Administrativo do Banco do Estado do Paraná e empresários.

Este processo está em diligência e deverá vir à tona para que o processo policial seja instaurado. É grave! Transacional nos últimos três meses, vinte e sete milhões de reais. Nós temos o nome das empresas, o número da conta e a empresa fantasma que operou. Isto vai para o Ministério Público e será feita uma queixa ao Banco Central solicitando uma auditoria. É mais um motivo para que o Senado Federal aprove uma auditoria junto às contas do Banco do Estado do Paraná.

Vejam só, enquanto identificamos que no Banco do Estado, operações de grande monta estão sendo transacionadas de maneira irregular, os pequenos agricultores que lavram a terra, e aqui gostaria de chamar a atenção do Presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Zucchi, os pequenos agricultores que plantam batata, feijão, produtos da cesta básica do povo de Curitiba, da Região Metropolitana, os pequenos agricultores da Lapa e de Contenda estão sendo vítimas de um processo de cobrança exorbitante de juros e de processos de execução onde o Banco do Estado ameaça com a retirada de tratores que foram financiados pelo Banco do Estado do Paraná.

Então, acho que tem alguma coisa errada neste processo. No mesmo momento em que identificamos um favorecimento por parte do Banco do Estado a grandes empresas que têm um lastro, um poder econômico muito grande e vocês vão conhecer estas grandes empresas, que fazem um abatimento de 70% na dívida de vinte milhões de reais, e o Banco do Estado ainda transaciona isto de maneira ilegal porque transfere recursos para uma conta fantasma, os pequenos agricultores da Cidade de Contenda estão sendo processados e podem perder o seu instrumento de trabalho que é o pequeno trator que são os seus utensílios para trabalhar na terra.

O que os pequenos agricultores da cidade de Contenda vêm à Assembléia Legislativa solicitar dos Deputados e em especial dos companheiros que são ligados à questão agrária, à questão da agricultura e também ao Presidente da Assembléia para que intercedam junto ao governo e ao Banco do Estado. Estes pequenos agricultores já tiveram uma audiência com autoridades do governo no Palácio Iguaçu e terão uma nova reunião agora, às 16:00 hrs.

Nada vai me convencer, e como funcionário do Banco do Estado sei que as operações de dois milhões, três milhões que estão em processo de execução são retiradas do processo e são negociadas por um quinto valor por tráfico de influência política e os pequenos agricultores que dependem do trator para lavrar a terra estão sendo vítimas da

execução e da apropriação pela justiça do seu instrumento de trabalho.

Quer dizer, há uma contradição muito grande do ponto de vista de inversão de prioridades. O Banco do Estado do Paraná e o Governo do Estado não podem tratar os pais de família, pequenos agricultores, da maneira como vem tratando aqui, do lado da nossa cidade, do lado da Capital.

Então, o apelo que fazemos, Presidente Luiz Carlos Zuk, é de V.Exa., o Deputado Líder do Governo Valdir Rossoni o Deputado Zucchi, Presidente da Comissão de Agricultura, intercedam para que o governo e o Banco do Estado, e sabemos que isto é possível, ninguém quer deixar de pagar, Deputado Nelson Justus, o que eles querem é que o Banco do Estado tenha um mínimo de boa vontade para alongar o perfil da dívida, para discutir se os juros que estão sendo rebatidos em cima do seu financiamento estão corretos, sobretudo para o pequeno agricultor.

Então, o que está se reivindicando é um pouquinho de boa vontade do governo para ajudar aqueles que alimentam as nossa famílias com arroz, feijão, batata, alface, aqui na Região Metropolitana.

O Sr. Neivo Beraldin

V.Exa. me concederia um aparte?

(Assentimento)

A presença desses agricultores retrata a situação dos pequenos agricultores do Paraná e do Brasil. E na ordem das prioridades você disse bem: os grandes têm influência política.

Por exemplo, o Frigorífico Chapecó, o BNDES repassou milhões de reais e esse frigorífico não aplicou no setor, aplicou em outros setores da economia nacional, desviado. Agora, hoje, aqueles que criam frango estão ali na região Noroeste e Oeste, quase no Paraná inteiro sem poder produzir, porque o Frigorífico Chapecó parou de abater. Aqueles que viviam e sobreviviam da produção de frango estão, hoje, a ver navios, na dependência de cestas básicas do governo do Estado.

A que ponto chegamos! O pequeno agricultor depender de cesta básica, que não é esmola, mas é uma vergonha!

Fui um pequeno agricultor e nos nossos doze alqueires de terras produzíamos o suficiente para a nossa alimentação, para criar as nossas cabeças de gado e tínhamos as nossas galinhas, tínhamos a nossa produção. Enfim, jamais ninguém precisou nos dar uma cesta básica. Imagino que qualquer agricultor se sente humilhado em receber esse tipo de ajuda igual ao do pessoal do setor do Frigorífico Chapecó.

A presença de vocês aqui nos alegra muito. A presença na tribuna é sempre muito oportuna, abordando assuntos do interesse da economia do nosso

Estado, sempre tentando reparar injustiças que estão ocorrendo. A presença de vocês aqui me faz lembrar dos velhos tempos. Por isso, vocês têm a nossa solidariedade.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Obrigado, Deputado Neivo Beraldin. As suas palavras só fortalecem o ânimo dos pequenos agricultores aqui da Cidade de Contenda e da Lapa, que não tiveram outra alternativa diante do descaso e da falta de diálogo por parte das autoridades do Banco do Estado. Eles vieram agora e encostaram os seus pequenos tratores aqui na frente do Palácio Iguaçu, no sentido de sensibilizar as autoridades do Governo do Estado para que abram uma possibilidade de entendimento. Eles não querem deixar de pagar um único centavo, Deputado Horácio Rodrigues, mas querem um pouquinho de boa vontade, que o Banco do Estado revela para grandes devedores, que na realidade estão fazendo operações irregulares com o Banco do Estado do Paraná.

Concedo um aparte para o Deputado Augustinho Zucchi e logo em seguida ao Deputado Horácio Rodrigues.

O Sr. Augustinho Zucchi

Solicito este aparte, até porque como Presidente da Comissão de Agricultura e está lá o Deputado Pessuti, que coordena o Bloco Agropecuário Parlamentar, fazemos um trabalho conjunto e por várias vezes discutimos a questão da dívida dos pequenos produtores, enfim dos agricultores do Paraná. Aqui estão os pequenos produtores e eu me sinto em casa para falar isso, porque o meu pai tem sete alqueires de terra, é um pequeno agricultor, trabalhando na agricultura e tem um aviário de 50 metros.

Estivemos na segunda-feira num encontro latino-americano de plantio direto para os pequenos agricultores, para a pequena propriedade em Pato Branco. E nessa abertura do encontro, falei o que penso: se não houver, por parte do nosso País, a decisão com relação ao que significa a agricultura para o Brasil, em especial o que significa a pequena agricultura e a familiar, em termos de geração de emprego e de produção, tenho certeza que este é um segmento lamentavelmente em extinção.

Deputado Ângelo Vanhoni, conversei rapidamente com o Presidente do Sindicato, Antônio, e pude perceber o seguinte: as dívidas dos pequenos agricultores são de dois tipos. A primeira é a fabulosa de três em um, similar àquele aparelho de som que é um só e tem três tipos de função. Quando da edição do Plano Real os nossos agricultores tiveram o menor preço pago ao seu produto para a maior taxa de juros da agricultura vista neste País. Baixou

a capacidade de pagamento e aumentou a dívida no banco.

Por força disso houve um processo de mobilização das lideranças e os agricultores foram para as ruas, milhares deles no País inteiro, e houve a tal securitização, que posteriormente passou a ser chamada ironicamente de sucritização pela forma como foi feita, de alongamento do prazo apenas e a situação em que não se reviu a taxa de juros cobrados pelos agricultores. Há num dos artigos da securitização, Deputado Vanhoni, a obrigação do Banco Central de rever a taxa de juros cobrada até então aos financiamentos dos agricultores.

Parece-me que as dívidas que foram alongadas do alongamento das dívidas tem que ser revisto através daquele artigo, apenas a taxação que foi feita para os agricultores. Aí teremos a diminuição de um percentual extremamente significativo na dívida dos agricultores.

Agora, a outra parte, Deputado Vanhoni - tenho certeza que está inclusa aí também - sobre o financiamento do Panela Cheia. Essa questão, Deputado Vanhoni, foi discutida aqui no Plenarinho da Assembléia, com a participação do Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni - que falou com o Governo. Estivemos junto à direção do Banco do Estado. Houve o anúncio e o compromisso de rever aquela cláusula em que o agricultor não pagando na data estipulada perdia a equivalência produto e passava pagar juro normal da conta gráfica do Banco que V.Exa. sabe o que é.

O que é que temos que fazer? Tem que apenas e tão somente, o Banco do Estado cumprir aquilo que foi acordado, ou seja, fazer o cumprimento do primeiro contrato, onde o nosso agricultor devia equivalência produto, em safras de produto, extirpando do seu financiamento a conta gráfica - fruto da securitização que os agricultores assinaram. Aí dizem "mas o agricultor assinou". É claro que assinou. Iria morrer? Ia fazer o que? Ou assinava aquele contrato de alongamento da dívida ou então seria um inadimplente. E se há um segmento da sociedade que não gosta de ser inadimplente é o pequeno agricultor neste País inteiro é o menor índice de inadimplência de qualquer instituição bancária do Brasil.

Então, Deputado Vanhoni, com relação as dívidas embora tudo que fizemos junto das comissões de agricultura do Sul do Brasil, do Bloco Parlamentar Agropecuário, aonde andamos, pelo Brasil inteiro, em audiência com os ministros, com o próprio Presidente da República. E ficou estipulado que seria revista aquela taxação com relação à securitização, acho que isso é fundamental. É em cima disso que temos que trabalhar, porque há um contrato de financiamento - e como frizou V. Exa., - os

agricultores não se recusam a pagar. Apenas e tão somente, que não se cobre esses juros exorbitantes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Gostaria que o ilustre Deputado Augustinho Zucchi concedesse o Horário da Liderança ao nobre orador que está inscrito e terminou o horário dele.

Concedido o Horário do PPB, pelo Deputado Augustinho Zucchi.

O Deputado Ângelo Vanhoni pode concluir seu pronunciamento e acoplado a esse Horário o Deputado Augustinho Zucchi continua seu aparte.

O Sr. Augustinho Zucchi

Só para concluir, Deputado Vanhoni.

Então, o problema dos agricultores de Contenda e da Lapa, é o problema dos agricultores do Paraná e do Brasil. Se não houver uma prioridade, uma busca de priorização, lamentavelmente vai se cumprir aquilo que alguns filósofos pensam: “que apenas 12% da população rural vai permanecer no campo, o resto vai sair. Diferente de quando tínhamos a revolução industrial nos países europeus, que o agricultor saía da propriedade, ia para as fábricas e lá encontrava o seu emprego. Hoje não há emprego. É só mão-de-obra especializada. São centenas, milhares de desempregados que existem no nosso país. Não há lugar para essa gente.

A única forma de estabelecermos o equilíbrio social do nosso país, é valorizando a pequena agricultura. São quatrocentos e trinta e sete mil agricultores do Paraná com menos de quatro módulos fiscais. Se os agricultores não tiverem o tratamento que é preciso ter para o pequeno agricultor, vai acontecer o que está acontecendo sempre. A nossa região agora foi tomada por uma tempestade, são mais de dois mil agricultores que perderam sua safra e não têm seguro. Não há condição de replantar, não tem condição de pagar o que deve no banco, como que vai fazer?

Então, parabeno V. Exa. por estar aqui representando os anseios dos nossos agricultores. E acho que essa é uma medida para trabalharmos em conjunto, sempre em defesa da nossa pequena propriedade.

Agora, no caso específico, tem duas coisas para se fazer: primeiro o Banco do Estado tem que cumprir aquilo que ficou estabelecido, ou seja, a equivalência/produto nos contratos que foram alongados através da securitização nos financiamentos do “Panela Cheia”. Os outros financiamentos são Banco Central, compromissos do Banco Central, compromisso do Governo Federal, de fazer a revisão da taxação.

Espero ter contribuído com V. Exa., e me coloco a disposição através da Comissão de Agricultura, para continuarmos a discutir e ajudar os

nossos agricultores, principalmente nessas questões das suas dívidas que realmente encontram-se numa situação bastante difícil.

Muito obrigado.!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado, Deputado Augustinho Zucchi. Como sempre, V. Exa. é profundo conhecedor dos problemas relativos, não só os financeiros, mas os problemas estruturais da agricultura do nosso país. E com certeza contribuiu para esclarecer não só a mim, mas aos demais deputados, onde está o impasse que vivem os pequenos agricultores de Contenda.

Concedo a palavra ao Deputado Horácio Rodrigues.

O Sr. Horácio Rodrigues

Muito obrigado.

Banqueiro não tem coração! Nunca teve, não vai ter, é conversa fiada. Só queríamos que a Presidência do Banco do Estado, tratasse o pequeno agricultor do Paraná, com o mesmo respeito com que trata as empresas transportadoras de ônibus do Norte do Estado do Paraná.

Se se fizer a isonomia, entre, por exemplo, os agricultores de Contenda, da Lapa, com os empresários da Garcia, por exemplo, estaria tudo bem.

Agora, há um peso e duas medidas. Um paga um precatório, não sei, parece que o Requião andou acusando. O Requião também tem que ver que o Banco do Estado é credor lá na região de Guaruapuava de um ex-Prefeito no Governo dele.

O que interessa, Deputado Vanhoni, é a isonomia. Vamos tratar bem o pequeno lavrador, como tratamos bem o grande devedor. Aquele que é dono de empresa de ônibus, e é tão fácil fazer um levantamento e trazer aqui na Casa.

Estou vendo um Presidente do Banco do Estado acoplado ao ex-candidato a Governador, querer desmoralizar também a Assembléia Legislativa. Isso é brincadeira! Tem que ter competência, e competência requer também coração paranaense. Que me parece que a administração do Banco do Estado não tem.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Espero que às 16:00 horas o Governo do Estado esteja com uma resposta mais de acordo com os anseios dos pequenos agricultores. E vamos também solicitar junto ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury, que interceda diretamente ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, ou ao Secretário de Finanças que é autoridade maior do Conglomerado BANESTADO, é ele

que é o Presidente do Conselho de Administração do Banco para que interceda, para que se abram imediatamente as negociações que possam trazer uma solução satisfatória. E neste processo, Deputado Augustinho Zucchi, com a sua competência, com a sua visão estrutural dos problemas, tão logo abra essa oportunidade de discutir, gostaria que V. Exa. pudesse ajudar os pequenos agricultores com o conhecimento que tem e também com a força política que tem. Vossa Excelência é um Deputado que goza do apoio e do prestígio da maioria dos Deputados aqui da Assembléia do Estado do Paraná.

Por último, gostaria de fazer um comunicado aos Senhores Deputados, em especial à Bancada de Situação do Estado do Paraná. Vi pela imprensa e estou sabendo já de informações que o governo do Estado está com uma dívida de um bilhão e quatrocentos milhões de reais. É essa a projeção de desequilíbrio entre receita e despesa do governo neste ano. O governo se nega a fornecer os balancetes mensais ao Banco Central, para que o Banco Central possa mandar a Mensagem do BANESTADO ao Senado. Vai ser obrigado, senão o Senado não vai apreciar a Mensagem do Banco do Estado do Paraná. Será obrigado. A lei prevê isso.

O que falta é o governo passar ao Banco Central os balancetes do governo do Estado do Paraná. As informações que temos é que o Estado está quebrado em mais de um bilhão e quatrocentos milhões de reais. A perspectiva é oitenta milhões de reais/mês, a defasagem entre a arrecadação e despesas da Secretaria de Finanças do Estado do Paraná. Vi pela imprensa, que o governo pretende mandar uma Mensagem para a Assembléia Legislativa modificando a lei que autorizou a venda de parcela das ações da COPEL. Segundo a lei que aprovamos, proposta originária do Deputado Duílio Genari, aprovamos aqui que seria possível a venda de 100% das ações preferenciais tipo A e B e 40% das ações ordinárias.

O controle acionário da Companhia, segundo o governador, continuaria na mão do Estado. O governo para vender essas ações tem que observar o dispositivo da legislação, que é o comparativo dos últimos dez pregões. Os últimos dez pregões estão com a bolsa Mesmo com as bolsas em baixa, os últimos dez pregões dão uma média hoje que os preços das ações não alcançam hoje no mercado.

Então, o governo, do ponto de vista do patrimônio de um ativo que tem para o conjunto do Estado do Paraná, não deveria nem pensar em vender as ações da COPEL agora. Se quiser aprovar aqui na Assembléia um projeto da venda das ações da COPEL, o governo que se prepare, vai ter uma dura batalha dos Deputados da Oposição. Vai ter

uma dura batalha judicial e na sociedade paranaense.

Não vamos permitir a venda da Empresa Paranaense de Energia Elétrica, para que o governo do Estado possa pagar os compromissos que fez, porque não vai investir um único centavo na produção e nem no desenvolvimento estrutural do nosso Estado. Mas será para pagar a folha de salário e para pagar os descasos que aconteceram nessa gestão como os trezentos e trinta e oito milhões de reais em publicidade e propaganda.

Estaremos, semana que vem, constituindo um fórum curitibano-paranaense de defesa do patrimônio público do Estado do Paraná. As pessoas envolvidas na defesa da empresa de energia paranaense irão fazer uma reunião e vamos tirar uma estratégia, tanto jurídica quanto do ponto de vista político para não permitir que o governo faça esse tremendo ato de irresponsabilidade. O Presidente da COPEL tem a ignominiosa falta de argumentos para justificar a venda da COPEL. Diz que a COPEL não será competitiva no futuro.

Pergunto, Deputado Orlando Pessuti: Competitiva com quem? Quem é que compete em energia elétrica no Paraná conosco? Quem é que compete em energia elétrica aqui no sul conosco? Que competição é essa?

A empresa mais rentável, que emprestou dinheiro para o Governo do Estado, agora, 150 milhões, que deu 180 milhões para a Prefeitura de Londrina, ao comprar as ações da SERCOMTEL, sem diminuir a sua alta lucratividade. Que empresa que não retira um centavo do tesouro e das contas públicas do Estado do Paraná há mais de 30 anos. O Presidente da COPEL tem a tranquilidade com argumento falacioso desse, vem dizer que a COPEL não será competitiva, por isso, precisa privatizá-la. Não! O povo do Paraná vai saber, se o Governo quer privatizá-la é porque, hoje, só desse ano, deve 1 bilhão e 400, desregulamentou completamente as finanças no Estado do Paraná, faliu com a nossa capacidade de arrecadação e do ponto de vista de investimento, naquilo que é importante para o nosso povo.

Por isso, vai ter a nossa resistência firme corajosa, patriótica, em nome do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Antes de passarmos à próxima Liderança, é com satisfação que esta Mesa Executiva anuncia em nosso meio a presença do ilustre Deputado eleito Moisés Leônidas de Oliveira, do Município de Londrina, aonde é Vereador e, também, com satisfação em nosso Plenário o Vereador Stica que quase chega a ser um dos nossos companheiros desta Casa, por uma pequena margem de votos. É com satisfação que o recebemos, quase chega a Casa maior de leis desse país que era candidato a Deputado Federal,

junto com o Dr. Rosinha, que para satisfação do nosso colega teve alguns votos a mais que o Vereador Stica.

Quero conceder a palavra ao próximo, da Liderança do Partido do PMDB, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

A presença de pequenos agricultores, aqui na Assembléia Legislativa e aqui na frente do Palácio Iguaçu, é bastante importante passarmos a rever procedimentos, inclusive, dentro desta Casa, o comportamento de Parlamentares, da prática, da ação e do desejo real de solucionar problemas de agricultor.

Todos sabemos que o nosso País nunca tratou bem o nosso agricultor, o nosso país não tem a visão de que a agricultura é o grande instrumento de equilíbrio social da nossa Nação. Não tem a visão que a pequena propriedade é uma das maiores geradores de emprego, da nossa Nação. E o processo de endividamento do agricultor foi ano após ano se acelerando, chegou a um determinado momento que pressionado por uma dívida impagável, do agricultor, o Governo acabou através de uma Resolução Federal, é a Resolução do BACEN nº 2238 de 31.01.96, autorizando a securitização. Um nome bonito, interessante como sempre se usa no Brasil, para outra e simplesmente determinar a prorrogação de débito.

Então, o agricultor endividado que não pode pagar, e que tem na sua formação e na sua personalidade o desejo constante de pagar, securitizou a sua dívida. Aumentou o perfil da dívida tendo embutido valores que precisam ser expurgados e acabou se comprometendo ainda mais no valor nominal da dívida que tem.

Quero aqui, basicamente, falar a respeito de um desses devedores, de um tipo desses devedores, porque este diz diretamente ao Estado do Paraná. A securitização do Plano Federal é um processo do Banco Central, o processo de securitização do agricultor do Paraná, oriundo do Programa "Panela Cheia", um problema que nos diz respeito diretamente como paranaense, porque foi aqui num programa do Governo do Estado do Paraná, chamado "Panela Cheia", foi aqui com o Banco do Estado do Paraná como braço financeiro do programa "Panela Cheia" que instituímos no governo Roberto Requião, aquilo que foi, muitos e muitos anos, pedido e solicitado pela pequena propriedade, pelos sindicatos, pelos agricultores, que é a equivalência-produto.

Então, o agricultor, podendo financiar o seu maquinário, o seu trator, a sua safra, a sua semente, através de um Programa chamado "Panela Cheia",

diretamente com o Banco do Estado do Paraná, conseguia fazer o financiamento sabendo quantas sacas de milho devia e quantas sacas de milho pagaria por safra.

Aconteceu a securitização. Chega-se em cima de um agricultor que está com dificuldades e propõe-se para ele a possibilidade de ter um alongamento da sua dívida por mais sete anos, é claro que esse agricultor vai melhorar o perfil da sua dívida. Muitos e muitos gerentes e nós temos conversado constantemente com agricultor, não alertaram ao próprio agricultor que no instante em que ele securitizasse, entrasse no programa da securitização, ele estaria abandonando o programa "Panela Cheia" e estaria entrando com a sua dívida dentro dos juros de mercado, Pois bem. Para podermos resolver este problema de um agricultor que passou de um momento para outro, dever duas a três vezes mais do que devia no banco em razão de ter securitizado, apresentamos aqui nesta Assembléia, um projeto de lei. O Projeto nº 483/97.

O Projeto de Lei 483/97 estabelece normas para cálculo de débitos em dívidas securitizadas que tenham como origem financiamento com base no programa de crédito por equivalência, produto do Governo do Estado do Paraná.

O que diz esse Projeto?

"Art. 1º - Os débitos dos produtos rurais, oriundos do financiamento do governo, de crédito por equivalência, produto do governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, embora com opção de alongamento conforme lei federal nº 9138 e resolução do BACEN nº 2238, todas de 1996, terão como valor do débito, no ato da securitização, o montante auferido pela multiplicação da quantidade de produtos devidos, pelo preço médio da semana de opção.

Art. 2º - As diferenças pecuniárias eventuais em razão da opção pela securitização estabelecida, serão cobertas junto ao Banco do Estado do Paraná, pelo Fundo de Desenvolvimento Estadual - FDE".

Esta lei entrará em vigor e os seus efeitos serão aplicados na data da opção pela securitização".

Bom, esta lei não foi feita aleatoriamente, não foi feita apenas para procurar resolver um problema do agricultor securitizado que tinha dívida baseada no "Panela Cheia". Esta lei foi fruto de muita reunião, de muito trabalho junto ao Banco do Estado do Paraná, com assessoramento de técnicos da Secretaria de Agricultura, para poder mostrar ao nosso governo do Estado do Paraná, que o Programa "Panela Cheia" era um programa específico para beneficiar a pequena propriedade. Tinha normas distintas, tinha forma específica de aplicação e que na hora em que se estabeleceu a securitização, 60% dos agricultores financiados, aproximada-

mente quinze mil mutuários permaneceram no “Panela Cheia”, não optaram pela securitização. Por que esses permaneceram? Permaneceram porque eram agricultores que por uma razão ou outra, estavam em melhor situação econômica, poderiam pagar. Os que poderiam pagar ficaram no “Panela Cheia”.

Que foi para a securitização? Foi exatamente o agricultor que estava penalizado, que estava com dificuldades de pagar. Aproveitou a possibilidade de ter um alongamento de prazo e entrou no programa de securitização. Quanto isso representou? 14.348 produtores, na época. 14348 produtores foram para o processo de securitização. Estes representavam à época, para o FDE e posto em votação esse projeto e entrando em vigor, representava ao FDE, apenas a importância de 1.520 mil reais-ano. Multiplicados por sete anos, daria ao FDE, a participação de 7.173.168,55, cálculo feito junto ao Banco do Estado do Paraná. Para que pudéssemos devolver ao agricultor do Estado do Paraná, que securitizou, que alongou a sua dívida às normas estabelecidas no contrato que ele assinou. Ele assinou um contrato por equivalência/produto.

O Banco do Estado do Paraná deixando seu lado social e agindo como Banco está a sobreviver em cima daqueles mais sofridos o que o Banco fez? O Banco esqueceu uma cláusula do contrato do “Panela Cheia”. Que nesta cláusula do “Panela Cheia” dizia que era dado ao agricultor a opção de pagar ou produto ou juros de mercado e a diferença eventual que acontecesse seria coberta pelo FDE. Portanto, essa norma de que o FDE venha cobrir a diferença não foi inventada por nós. Esta está no contrato do “Panela Cheia” que o Banco faz questão de ignorar! Ignorou, não tomou conhecimento, passou o agricultor imediatamente para juro de mercado.

Ora, se o FDE cobra diferença quando o agricultor opta por uma condição melhor pra pagar, o FDE tem que pagar a diferença, não precisa o Banco do Estado do Paraná ser penalizado não e nem nós queremos que seja, Aplica-se o contrato. O Fundo de Desenvolvimento Estadual que existe é exatamente para isso. Sabe o que que este Fundo tem patrocinado no Estado do Paraná? O financiamento da RENAULT, o financiamento da CHRYSLER, o financiamento da AUDI um bilhão e oitocentos milhões financiados para indústrias que se estabelecem no Estado do Paraná e este FDE não vai apoiar a pequena agricultura do Estado do Paraná em 7 milhões em 7 anos! Isso para que o agricultor possa ter o perfil da sua dívida voltado para o produto de equivalência produto.

Isto me preocupa. Porque nesta campanha eleitoral, inclusive, Deputado Augustinho Zucchi, V.Exa. que citou o Sudoeste do Paraná, uma das

graves preocupações que deve permanecer para que representamos região de interior e para prefeitos e para governo, é pegar o índice de abstenção nas próprias urnas localizadas no interior dos nossos municípios, 30 a 40% de abstenção. Agricultor não deixa de ir à urnas, ele não vai se não está presente! E por que ele não está presente? Não está presente porque ele está abandonando a agricultura e está trabalhando em centros maiores.

Se pegarmos e formos ver quem é que está ausente lá neste dia cívico, é a faixa mais nova, são os jovens, são as pessoas que saíram em busca de novos trabalhos. São as pessoas que incham as cidades, que buscam sobreviver porque a agricultura está abandonada, que abandonam a pequena propriedade porque ela se tornou insustentável. São pessoas que amanhã ou depois indiscutivelmente estarão nos cinturões da cidade grande, aumentando os problemas sociais, sobrevivendo num meio que não lhe é conhecido. Porque acho interessante quando se coloca estatística de que em alguns países do mundo 14, 15, 16% permanecem na agricultura, Deputado Zucchi.

Mas permanecem numa razão histórica de evolução. Se, paulatinamente, evolui para esse princípio e ele não se torna pesado, duro sofrido porque ele não gera o caos social que aqui no Brasil está gerando, porque aqui estamos interrompendo a vivência na pequena agricultura por completa e total impossibilidade de permanência. Estamos arrancando do meio agrícola o pequeno proprietário e jogando ele despreparado a ter que conviver com outras condições de vida que não são as suas, as quais ele cresceu.

Mas o que quero chamar a atenção, hoje. E por isso que invoco o apoio deste distinto Plenário no dia de hoje, como uma homenagem ao nosso pequeno agricultor. Este Projeto, como lhes disse, foi apresentado nesta Casa, Projeto de Lei 483/97, em 97 e aqui está, Deputado Vanhoni. Este Projeto até agora não recebeu nem Relator na Comissão de Constituição e Justiça, na Agricultura, Indústria e Comércio, não foi informado, nas Finanças, não foi informado, portanto, este projeto até agora nem para a Comissão de Constituição e Justiça que é a primeira por que passa, foi. Há dois anos está aqui, e não foi nem sequer analisado a sua constitucionalidade, portanto, não foi votado.

Enquanto isso, o instrumento que esta Casa estaria dando ao próprio Governo, para que ele pudesse respaldado numa lei do legislativo, adotar um princípio de apoio à pequena propriedade, até agora a lei não foi aprovada, e até agora, portanto, nós temos que continuar amargando com agricultores devolvendo equipamentos, tratores, sendo penhorados sendo executados, sendo cobrados, sem a possibilidade de terem uma situação melhor.

Quero pedir no dia de hoje, encaminhei à Mesa, um Projeto de Regime de Urgência, deste projeto, para dar um instrumento ao Governo, ele faz se quiser, se não quiser não faz, mas terá um instrumento legal, terá uma autorização da Assembleia Legislativa para pegar o dinheiro do FDE e cobrir a diferença do agricultor, está aí na Mesa o pedido de Regime de Urgência.

Pois peço o apoio dos senhores e peço a atenção dos senhores para nós podermos ver o andamento que esse requerimento possa ter, porque, infelizmente, é lamentável nós passarmos 2 anos aguardando por um projeto que nem sequer para as comissões foi ainda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

PFL com a palavra.

Com a palavra o ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria fazer um esclarecimento, talvez eu não tenha sido bem entendido.

Como tenho um programa de televisão que sou gravado, assistido, comentado, queria deixar esclarecido nesta Casa, que quando há uma matéria de fundamental importância do deputado Neivo Beraldin, que me chama a atenção, divulgo a matéria. Quando há uma matéria do Deputado Annibelli, que me chama a atenção, porque ele é municipalista, divulgo a matéria, quando há uma matéria do Deputado José Maria Ferreira, que é municipalista, deu a sua vida por Ibiporã, divulgo a matéria.

Quando o Deputado Zuk apresenta, Deputado Caíto Quintana, meu particular amigo, tem as suas matérias, com quem aprendi muito nesta Casa, ao fazer a Constituição do meu Estado, Deputado Paulo Gorski, Deputado Nelson Justus, Deputado Albanor Gomes, que lamentavelmente não se reelegeu, mas voltará a esta Casa, tenho certeza; Deputado Eduardo Trevisan, foi um dos grandes Prefeitos de Cornélio Procópio, voltará a Prefeitura; Deputado Techy, que dá a sua vida pela Medicina.

Queria dizer o seguinte: houve um mal-entendido. Ontem, estava no gabinete, e vi, tenho o hábito de assistir a TV Senado e a TV Câmara, quando o Senador Roberto Requião, ocupando a tribuna, parece com um camalhaço de papel e faz uma série de denúncias contra o então vice-Prefeito de Curitiba, a respeito de um tal de “precatório”.

Deputado Ângelo Vanhoni, preciso até aprender o que é esse “diabo” de precatório, nunca vi esse “trem” na minha vida, não sei se é paçoquinha, se é

doce de leite, não sei que “diabo” de papel é esse, como é que faz esse papel, como é que compra esse papel, onde é fabricado esse papel, se é papel ou se é dinheiro, se é cheque, porque não conheço esse “diabo” de precatório. Dizem que se compra por 350, vende por 150, não sei, não entendo nada disso. Mas tenho certeza de que o Deputado Ângelo Vanhoni vai, depois, me orientar, vai me mostrar um pedaço de papel...

O Sr. Ângelo Vanhoni

Vou lhe mostrar um precatório para o senhor, depois. Vou trazer um precatório aqui para a Assembleia, pode deixar vou trazer um precatório.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Não sei o que é precatório.

Deputado Ângelo Vanhoni, mesma coisa que hoje, o senhor fez um pronunciamento, fiz, o Deputado Rosinha fez e etc.

Então, veja bem, quando vi aquilo na televisão, o Senador Roberto Requião citou, não sei se o Deputado Antonio Annibelli está aqui, não enxergo de longe. Está aqui o Deputado Annibelli, ele citou que tinha um vice-Prefeito, etc e tal, que tinha negócio de compra de precatório e pago não sei o quê... E fui ouvindo aquilo e falei, meu Deus do céu! O que é isso? Depois ele citou o nome do Deputado Durval Amaral, mas só que o Deputado, além de ser meu particular amigo, me permita, o Deputado Durval Amaral provou nesta tribuna e provou com os seus advogados que ele não deve nada ao BANESTADO, não deve nada, como o Deputado Orlando Pessuti provou aqui que também não deve nada ao Banco do Estado do Paraná, não deve; nem o Durval, nem o Annibelli, nem eu, nem o Deputado Beto Richa, nem o Deputado Eduardo Trevisan, nem o Albanor, nem o Caíto, o Zuk, o Nelson Justus, ninguém deve, nem o Ângelo Vanhoni.

O Deputado Ângelo Vanhoni fez um crédito pessoal, como já fiz dezenas de créditos pessoais, você vai pagando, tem dia que você atrasa. Financiei o meu carro, tem dia em que você atrasa. Isso não quer dizer que você está quebrando um Banco. Agora, gostaria de dizer aos senhores que hoje todos os jornais estamparam esse escândalo, o Estado do Paraná, a Folha do Paraná, A Gazeta, todos os jornais do Paraná.

Então, quero dizer que ontem cobre do Presidente do BANESTADO, cobre do Presidente Neco Garcia, que não foi a Assembleia Legislativa que quebrou o BANESTADO, nenhum Deputado da Assembleia quebrou o BANESTADO e que ele disse o nome, ele, aí ele me ligou e disse que não poderia dar os nomes porque existe o sigilo bancário etc. e tal. Afinal de contas, isto aqui é um Parlamento honrado, de homens, de homens sérios, aqui tem

filho de Governador que já deu a sua vida pelo Paraná, aqui são homens decentes, que plantam as suas sementes, lamentavelmente, às vezes, não sai deste concreto, mas estão aqui plantando as suas sementes em defesa não só da Capital, mas de todos os Municípios do Paraná. Aqui ninguém é Deputado de cocheira, não! O Deputado Annibelli é Deputado do Paraná, o Deputado José Maria Ferreira é Deputado do Paraná.

O Deputado Caíto Quintana é Deputado do Paraná, o Deputado Zuk é do Paraná, todos nós aqui somos Deputados do Estado do Paraná, nenhum município é cocheira, todos aqui... Onde o Deputado Annibelli fez um voto ele tem naquele eleitor a satisfação de representar aquele município, mesmo com um voto, Deputado Annibelli, o senhor é Deputado daquele município.

Então, quero dizer as V. Exas., esse Parlamento é honrado, este Parlamento é sério, este Parlamento é decente. Foi isso que eu disse ontem ao fazer a cobrança. E tenho um bloco, Deputado Neivo, de fazer análise de vários jornais, e hoje saiu tudo novamente, só cometi um leve engano o Deputado Algaci não é Deputado, ele é vice-Prefeito.

Então, o que relatei foi aquilo que o Senador Roberto Requião disse. Agora vejo o Deputado Ângelo Vanhoni subir na tribuna dizendo que tem uma conta fantasma e isso nos deixa apavorados porque não acredito, Deputado Ângelo Vanhoni, o BANESTADO é um dos bancos estaduais de maior credibilidade do Brasil. O Paraná é um dos melhores estados do Brasil, temos os melhores deputados federais do Brasil, os melhores deputados estaduais, os melhores médicos, os melhores jornais, advogados, Poder Judiciário, Ministério Público. Temos os melhores trabalhadores e a melhor agricultura do Brasil está no Paraná. Esta é a grande verdade, só que está na hora de ajudar o pequeno agricultor, o pequeno empresário e não os ladrões de gravata.

O Sr. Neivo Beraldin

Vossa Excelência me concederia um aparte?
(Assentimento)

Se temos os melhores Deputados, se não temos o que esconder, então vou amanhã dar entrada aqui na Casa, de um projeto de lei que retira a imunidade parlamentar. Quer dizer, está garantida na Constituição, no artigo 57, a Imunidade Parlamentar.

Tudo bem que tenhamos imunidade para falarmos o que quisermos na tribuna mas, imunidade para processos judiciais ou para uma eventual necessidade da justiça para executar o cidadão, temos que abrir mão. Amanhã apresento aqui uma proposta para que os Deputados que não têm o rabo preso, para que os Deputados que não têm proble-

mas com a justiça, para aqueles que têm um passado excelente e por isso são chamados de Excelência abram mão deste direito.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Gostaria de dizer que este projeto está na Comissão de Justiça da Câmara Federal e primeiro precisa passar lá.

O projeto prevê que o que falarmos aqui temos imunidade mas que o parlamentar que cometer alguma arbitrariedade perde a sua imunidade desde que o Parlamento seja avisado.

Isto é muito complexo e tem que passar primeiro pela lei maior que é Brasília para depois adotarmos.

O Sr. Neivo Beraldin

Não, para acrescentar mordomias, para acrescentar imunidades não podemos legislar sobre a Constituição Federal, mas para abrir mão de um direito, para menor, podemos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Tudo bem, estou acompanhando o que Brasília vai decidir sobre imunidade parlamentar e após isto, acho que deveremos tomar as mesmas medidas aqui porque quem não deve não teme, não tem o que temer. Disse ao Deputado Ângelo Vanhoni que aos poucos fui me aprofundando nas questões dos "royalties" e Piraquara recebe nove mil reais por dia e dá para fazer uma grande administração com este dinheiro. Agora, o Deputado Ângelo Vanhoni vai me mostrar um precatório porque dizem que se isto aí vale um milhão, você paga cento e cinquenta, depois vendo por vinte e cinco, depois divide em parcelas de cinco e gostaria de saber como funciona isso aí.

Então, só para encerrar, gostaria de dizer a esta Casa que continuo batendo na mesma tecla: este é o Parlamento mais produtivo do Estado do Paraná. Esta Casa é um exemplo de dignidade à Nação brasileira. Não cabe a nós e a mim julgar se os "royalties", se o projeto do Deputado Neivo foram bons ou não. Cabe a mim analisar, discutir e aprovar como Deputado. Cabe a mim analisar, discutir e aprovar as propostas do Deputado Orlando Pessuti. Cabe a mim analisar e discutir as propostas do Deputado Valdir Rossoni.

Então, volto a dizer que este é um Parlamento sério, decente e honesto. E cabe, não a nós, e, sim, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e à própria imprensa que denuncie os maus parlamentares, aqueles que forem maus, que não executarem as suas funções.

O Sr. Neivo Beraldin

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Sabem o que os Deputados deveriam fazer? Deveriam fiscalizar a despesa que o Governo tem com a mídia, porque os Deputados não têm espaço e se têm é pouco. Teríamos o poder de saber aonde foi aplicado o dinheiro da propaganda do governo do Estado. Não estamos atuando direito aqui. Não aprovamos ainda as contas dos governos Álvaro Dias, de José Richa, Mário Pereira, Requião. Não analisamos nenhuma conta. O que é que estamos fazendo aqui? Essas são as questões que temos de abordar. Para quem está sendo gasto o dinheiro? Como está sendo gasto o dinheiro? Estamos legislando a passos lentos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Não cabe a mim se foi aprovado as contas do Álvaro, do Requião ou de quem quer que seja. Cabe à Mesa, as Comissões e ao Plenário que analisem as contas. Estarei aqui para votar de acordo com a minha consciência.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Estou vendo que o Deputado Neivo Beraldin está inspirado e, no momento a sua inspiração é oposicionista.

O Sr. Neivo Beraldin

Falei dos governos anteriores e não só do atual.

O Sr. Valdir Rossoni

Gostaria que V.Exa. deixasse que terminasse. O Sr. se preocupa com a propaganda do Governo e com a fiscalização só depois que terminou o Governo. O Sr. esteve quatro anos aqui dentro percorrendo os corredores do Palácio e agora vem fazer esse pronunciamento. Não sei se isso é uma recaída e estou estranhando a posição do Deputado Neivo Beraldin e não concordo com as suas posições.

O Sr. Neivo Beraldin

Isso é uma reconquista de forças após o processo eleitoral. Não vai aqui nenhuma crítica ou observação a esse ou aquele governo.

O SR. LUIZ CARLOS ALBOGHETTI

Deputado Valdir Rossoni, me permita, o Deputado Neivo Beraldin participou de um grande comício, e eu realizei um comício a pedido do Governador Jaime Lerner no município dele, fui a pedido lá, tinha alguns votos, inclusive ele ganhou a eleição ali também, porque foi muito bem votado. E o palanque era meu. E de repente olho e vejo o Dep-

utado Neivo Beraldin. Eu e o Governador. Mas o senhor vê o meu caráter e a minha decência. Chamei o Deputado Neivo na frente e falei “quem não votar em mim, vote no Deputado Neivo Beraldin”. Esse é o meu caráter. Isso faria pelo Deputado Annibelli, pelo Pessuti, pelo José Maria aliás, Deputado José Maria, fui na sua cidade te atrapalhar? Fui nos seus municípios, Deputado Annibelli, fui em Ivai-porã? Não. Não fui em lugar nenhum. Nem em Araucária fui prejudicar o Deputado Albanor, em lugar nenhum.

Aliás, pedi até um votinho para o Deputado Beto, porque estive numa reunião meio escondida - convidaram-me - quando vi que era do Deputado Beto Richa eu disse: “olha, vota no Deputado Beto que eu vou cuidar da minha vida”.

Então, quero dizer que esta Casa é honrada. Por favor, este é um dos maiores e melhores Parla-mentos do Brasil. Isto não abro mão. Se estiver alguém que está errado, por favor. A mesa é que vai averiguar, denunciar. E o cidadão que estiver errado aqui, que pague pelos atos que ele cometeu.

Era só Senhor Presidente. Deputado Annibelli, fui bem entendido agora não é? Um abraço, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Palavra com o Líder do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI

A minha única preocupação, Senhor Presidente, é que se coloque em votação as contas do ex-Governador Requião, Álvaro Dias, e que o Deputado Neivo Beraldin tivesse a coragem, de no dia que ele presidir a Casa, colocar isso em Pauta e estaria resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Informo a V.Exa., de acordo com a assessoria parlamentar da Mesa, que até agora não chegou das Comissões, ilustre Deputado Neivo Beraldin, nenhuma conta a ser apreciada neste Plenário.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, devidamente **apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/98, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Recreativa e Beneficente Afonso Pena, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/98, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais dos Excepcionais - APAE, com sede e foro em Roncador - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J..

Apreciar o Substitutivo Geral da CCJ. Em discussão o Substitutivo.

Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Conseqüentemente incorporado no bojo do projeto.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/98, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, Anjo da Guarda, com sede e foro no Município de Diamante do Norte. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J..

Apreciar o Substitutivo Geral da CCJ. Em discussão o Substitutivo.

Em votação. **Aprovado, artigo por artigo,** e incorporado no bojo do projeto.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Canal da Música, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Educação e Assistência Social Batista do Bacacheri, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Ilídio Coelho Sobrinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 111, de 17.08.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 327/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Ilídio Coelho Sobrinho.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/98, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado ao Senhor Rogério Portugal Bacellar. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 121, de 01.09.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 354/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Rogério Portugal Bacellar.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Ministro Carlos Mário da Silva Velloso. COM PARECER DA C.C.J.. **(Publ. no D.A. nº 132, de 19.10.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 416/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Ministro Carlos Mário da Silva Velloso.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Solicito ao Senhor 1º Secretário, Deputado Nelson Garcia, que efetue a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Garcia**)

Chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

O Líder do Governo dispensa chamada nominal, bem como o ilustre vice-Presidente Neivo Beraldin retira a verificação.

Aprovado o projeto de lei.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1641, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1642, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1643, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Conseqüentemente os Senhores Parlamentares terão até o próximo dia 9 a apresentação das Emendas Orçamentárias.

Moção de apoio em defesa do território Paranaense, nº 1651, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk e Orlando Pessuti, com

apoioamento dos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Accorsi, Ademar Traiano e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

É mesma moção que levantamos aqui no primeiro dia da Sessão, feita agora, após as eleições daquele problema do IBGE. E o ilustre assessor de imprensa Rafael, faz com que esta Casa e o Deputado Anibal Khury, transcrevam aquele pensamento nosso já exteriorizado na tribuna, no que concerne as duzentas milhas do mar territorial do Paraná, que querem tirar do Paraná e levar para Santa Catarina, que foi também endosado pelo Deputado Orlando Pessuti, já no Conselho Parlamentar do Sul. Queria que colocasse nessa moção os dois nomes do Deputado Orlando Pessuti e Luiz Carlos Zuk e os dois subscrevessem a mesma moção.

Requerimento nº 1652, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1653, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1655, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1656, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Augustinho Zucchi, Nelson Justus, Orlando Pessuti e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1658, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requer Regime de Urgência para o Projeto de Lei 483/97.

Em discussão. Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Chamada nominal dos Senhores Deputados.

Convido o 1º Secretário para proceder a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Garcia**)

Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Não há quorum para o prosseguimento da sessão.

Antes de encerrarmos, é com satisfação que anunciamos em nosso meio, a presença do ilustre candidato ao Senado, Nedson, que, com a sua participação, deu realmente uma opção para este Paraná. Honrou-nos também com a belíssima votação.

Também conosco o Deputado eleito Hermas Fonseca, que aqui se encontra com a sua família, nos honrando nesta tarde.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 22, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 203 e 268/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 327, 354 e 416/98.

Levanta-se a sessão.